



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

ATA DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 2ª VARA DO TRABALHO DE UBERLÂNDIA/MG.

Às 8h30min do dia 19 de março de 2010, o Excelentíssimo Sr. **Dr. Luiz Otávio Linhares Renault**, Desembargador Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, deu início à Correição Ordinária na 2ª Vara do Trabalho de Uberlândia, situada na avenida Cesário Alvim, 3200 – bairro Brasil, na forma do disposto nos artigos 682, XI, da CLT e 30, I, do Regimento Interno, sendo recebido pelo MM. Juiz Titular, **Dr. Marco Antônio de Oliveira**, pelo MM. Juiz Auxiliar, **Dr. Marco Aurélio Marsiglia Treviso**, pelo Diretor de Secretaria, Guilherme Egídio Cunha Costa, pelos servidores Valéria Cristina Martins de Oliveira, Gracielle Maria Oliveira Faria, Christiano Rios da Silva, Alex Rodrigo, Bhetese Bernardes Ferreira Cunha, Nadir Rodrigues de Melo, **Maria Conceição Rosa do Amaral (servidora mais antiga da vara – desde 07/01/1988)**, Francisco Pascoal Neto, Susiley Aparecida Borges de Almeida, Edmilson Carlos Ferreira, Luciene Antônia Barbosa, Matheus Rocha da Costa (funcionário da FENEIS), Priscila Miranda Alves (estagiária) e Livia Aparecida Gomes (estagiária).

Iniciada a correição, no horário acima registrado, o Desembargador Corregedor examinou:

I) REGISTROS DA SECRETARIA:

a) PROTOCOLO DE RECLAMATÓRIAS – Do mencionado protocolo, constam os registros de 345 (trezentos e quarenta e cinco) processos até a presente data, média de 8,4 (oito vírgula quatro) processos por dia útil, tendo sido observado um aumento da ordem de 12,9% (doze vírgula nove por cento) no número de reclamações distribuídas em comparação com a média apurada na correição do ano de 2009.

b) PAUTA – Os processos já incluídos em pauta estão com audiências designadas, conforme abaixo discriminado:

a) rito sumaríssimo: 06/04/2010;

b) rito ordinário: 25/05/2010;

c) prosseguimento da instrução: 24/05/2010.

c) CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu, até a presente data, 55 (cinquenta e cinco) cartas precatórias, das quais 20 (vinte) foram devolvidas.

d) CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS – A Vara expediu, até a presente data, 78 (setenta e oito) cartas precatórias, dentre as quais 16 (dezesesseis) foram devolvidas pelos Juízos Deprecados.

e) REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 403 (quatrocentos e



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

três) autos de processos na instância superior, sendo que 189 (cento e oitenta e nove) foram enviados até esta data, no presente exercício.

f) CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 13 (treze) autos de processos com carga, todos **no prazo**.

g) CARGA PARA ADVOGADOS – Existem 192 (cento e noventa e dois) autos de processos com carga, das quais 13 (treze) com prazos vencidos, todos cobrados.

h) CARGA PARA PERITOS – Constam 33 (trinta e três) autos de processos com carga, sendo 5 (cinco) com prazos vencidos (Processos 00914/09, 00908/09, 01231/09, 01143/09 e 01518/09); todos justificados através de despachos dilatando o prazo para realização da perícia.

i) MANDADOS EXPEDIDOS – Foram apurados 63 (sessenta e três) mandados expedidos no ano em curso, sendo que 2 (dois) encontram-se com prazos vencidos (processos 00067/09 e 00736/09 – mandados 00125/10 e 01720/09, respectivamente) com dilação de prazo deferida.

j) REMESSA AO SERVIÇO DE CÁLCULOS JUDICIAIS – Há 13 (treze) autos de processos com carga para o setor de cálculos, **no prazo**.

k) PROCESSOS EM EXECUÇÃO – Existem 1.391 (hum mil e trezentos e noventa e um) processos em execução, dos quais 1.045 (hum mil e quarenta e cinco) do Quadro I, item 23 (em andamento) e 346 (trezentos e quarenta e seis) do Quadro XII, item 3 (execução previdenciária), dados extraídos do Boletim Estatístico da Vara.

I) PROCESSOS RECEBIDOS DAS JUSTIÇAS FEDERAL E ESTADUAL EM DECORRÊNCIA DA EMENDA 45 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA – De acordo com o levantamento realizado no Quadro II-C, do Boletim Estatístico da Vara, constatou-se que a 2ª Vara do Trabalho de Uberlândia, no decorrer do exercício de 2009, recebeu 6 (seis) ações envolvendo a nova competência da Justiça do Trabalho.

II) PROCESSOS EXAMINADOS - Foram examinados, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho, conforme discriminação a seguir:

1º) PROCESSOS EM PAUTA – Na pauta do dia da correição, havia 13 (treze) processos: 0278/10, 0279/10, 271/10, 0063/10, 0276/10, 0275/10 e 0011/10, **em ordem**.

a) rito sumaríssimo: 5 (cinco) processos;

b) rito ordinário: 5 (cinco) processos;

c) instrução: 1 (uma) processos;

d) tentativa de conciliação na fase de execução: 2 (dois) processos.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

Examinados os autos dos processos.

Foram verificados os seguintes aspectos: 1) da petição inicial; 2) da autuação: cronologia dos atos; numeração das folhas; autuação de documentos grampeados em folhas; certificação da quantidade de documentos colados em folhas; inutilização do verso em branco das folhas e encerramento e abertura de volumes; 3) dos atos: termos de juntada e certidões (artigos 161, 168, 169, parágrafo único, e 171, do CPC); 4) prazos: de designação das audiências do rito sumaríssimo; dos atos da secretaria; dos atos do (a) Meritíssimo (a) Juiz (a) (sentenças e despachos).

Todos os processos encontram-se **em ordem**.

2º) CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – Examinados os autos dos processos 90018/10, 90046/10, 90042/10, 90023/10, 90021/10, 90019/10, 90017/10, 90009/10, 90160/09 e 90161/09, **em ordem**.

Foram verificados os registros da tramitação na capa do processo no que tange à regularidade do despacho “cumpra-se”, à expedição dos mandados (**Provimento 03/2001/TRT**); aos prazos de expedição; ao cumprimento e à devolução de mandados; à regularidade do cumprimento das cartas precatórias; e à regularidade na numeração, conforme artigo 15, § 1º, do Provimento 01/2008 do TRT.

3º) CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS – Examinaram-se os autos dos processos 01618/09, 01510/09, 00388/08, 00012/09, 01482/09, 01627/09, 00277/10, 00798/08, 00192/10 e 0602/09.

Foram analisados os itens relativos ao acompanhamento do cumprimento das cartas precatórias; ao depoimento das partes antes da expedição da carta precatória inquiritória; à remessa de ofício à Corregedoria quando não prestadas informações pela Vara deprecada, e à baixa da devolução no sistema e autuação.

Verificou-se nos autos dos processos 01618/09 e 01627/09 que foi expedida Carta Precatória Inquiritória sem a serem colhidos os depoimentos pessoais das partes.

4º) EM FASE DE EXECUÇÃO – Examinaram-se os autos dos processos 00067/09, 01498/06, 00300/08, 00761/09, 00278/09, 01071/09, 01058/09, 00620/09, 00301/08 e 00676/08.

Foram analisados alguns aspectos relevantes constantes do registro no sistema informatizado de atos processuais, tais como liquidação de sentença, oposição de embargos e data de conclusão ao Juiz(a) para decisão, dentre outros.

Concomitantemente, foram examinados, ainda, por amostragem, fisicamente autos de



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

processos relativamente:

a) ao cumprimento da sentença ou acordo b) à imediata liberação do depósito recursal em favor do credor, após a liquidação de sentença; c) à regularidade dos atos e prazos processuais na execução; d) ao exaurimento das iniciativas do Juízo objetivando tornar frutífera a execução, através da utilização de todas as ferramentas e convênios disponíveis (BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD) na busca de bens passíveis de penhora, além da determinação pelo Juiz de citação do sócio em caso de desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada; e) à regularidade da expedição, cumprimento e devolução dos mandados; f) à regularidade dos atos de penhora e praça; g) à manifestação da Procuradoria-Geral Federal (INSS) quanto às contribuições previdenciárias (artigo 879, § 3º, da CLT) e o seu respectivo recolhimento; h) ao cumprimento do Provimento 04/2001/TRT.

Conclusão: os processos encontram-se **em ordem**.

5º) ADIADOS *SINE DIE* – Examinados os itens relativos ao motivo do adiamento e ao cumprimento do disposto no artigo 265, IV, *a*, e § 5º, do CPC, e § 7º, do artigo 852-H, da CLT. Constatou-se existir 107 (cento e sete) processos *sine die*.

Examinados os processos 01236/08, 01272/09, 01254/08, 00847/09, 01603/09, 00141/10, 01412/09, 01488/09, 01781/09 e 01776/09, todos eles se encontram **em ordem**.

Recomenda-se à Secretaria que realize um controle rigoroso, no que diz respeito aos processos adiados *sine die*, mantendo-os sob constante vigilância, fazendo-os conclusos ao MM. Juiz a cada trinta dias, ou outro prazo razoável à critério do douto Juízo.

6º) SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO - Examinados os autos dos processos 00184/10, 00190/10, 00206/10, 00065/10, 00056/10, 00054/10, 00053/10, 00062/10, 00061/10 e 00060/10.

Foi inspecionado o cumprimento dos comandos do disposto no artigo 832, §§ 3º e 4º da CLT e a existência de documentos grampeados na contracapa do processo (CTPS, TRCT, CD/SD, etc).

Conclusão: os processos encontram-se **em ordem**.

7º) INQUÉRITO – Informou o Sr. Diretor de Secretaria que não há inquérito em tramitação na 2ª Vara do Trabalho de Uberlândia.

8º) JULGADOS - Examinados os autos dos processos 00234/10, 00225/10, 00242/10, 00188/10, 00167/10, 00176/10, 01742/09, 01733/09, 01805/09 e 01693/09.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

Foram objeto de verificação os procedimentos relativos à regularidade da autuação, dos termos, das certidões e dos demais atos da Secretaria; ao cumprimento dos prazos para atos do(a) MM. Juiz (a) (despachos e decisões) e da Secretaria (termos de juntada, certidões, conclusão e registro de carga para o (a) MM. Juiz (a)); à correta numeração de folhas, intimação para contrarrazões); à sentença líquida nos processos de rito sumaríssimo; ao exame do juízo de admissibilidade dos recursos interpostos.

Conclusão: os processos encontram-se **em ordem**.

Recomenda-se ao (à) MM. Juiz (a) que, na medida do possível, passe a proferir sentenças líquidas, nas causas submetidas ao rito sumaríssimo, conforme recomendado pelo Ministro Corregedor-Geral, nos itens 2.8 e 4.3 da ata de Correição Ordinária realizada no TRT/3ª Região, no período de 16 a 20 de junho de 2008 e em conformidade com o disposto na letra “a” do item 1 do Ofício Circular TRT-SCR-3/09/2008-A.

9º) ARQUIVADOS – Examinados os autos dos processos 00163/10, 00093/09, 00052/10, 01823/09, 00117/10, 00239/10, 00138/10, 01823/09, 01576/09 e 1750/09.

Verificaram-se os procedimentos relativos ao regular cumprimento dos acordos e das sentenças; ao recolhimento de todos os encargos devidos; à regularidade do despacho de arquivamento; aos documentos grampeados na contracapa e, no caso de arquivamento provisório, se o ato é precedido de certidão do Diretor de secretaria atestando que não há depósito judicial ou recursal e que foram esgotados e infrutíferos os meios de coerção do devedor.

Conclusão: os processos encontram-se **em ordem**.

10º) PRECATÓRIOS – Foi informado pelo Sr. Diretor de Secretaria que, no ano em curso, até a data da correição, não há processo com precatório expedido em tramitação na 2ª Vara do Trabalho de Uberlândia.

III) PRAZOS MÉDIOS E DISPONIBILIDADE DE PAUTA- Apurou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor o seguinte prazo médio para realização de audiências, conforme dados extraídos dos processos constantes da pauta do dia da correição:

- a) rito sumaríssimo:** 14 (quatorze) dias;
- b) rito ordinário:** 61 (sessenta e um) dias;
- c) prosseguimento da instrução:** 162 (cento e sessenta e dois) dias.

Para audiências futuras, com base no quadro respectivo do sistema informatizado, no dia da correição, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor apurou a seguinte



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

disponibilidade de pauta:

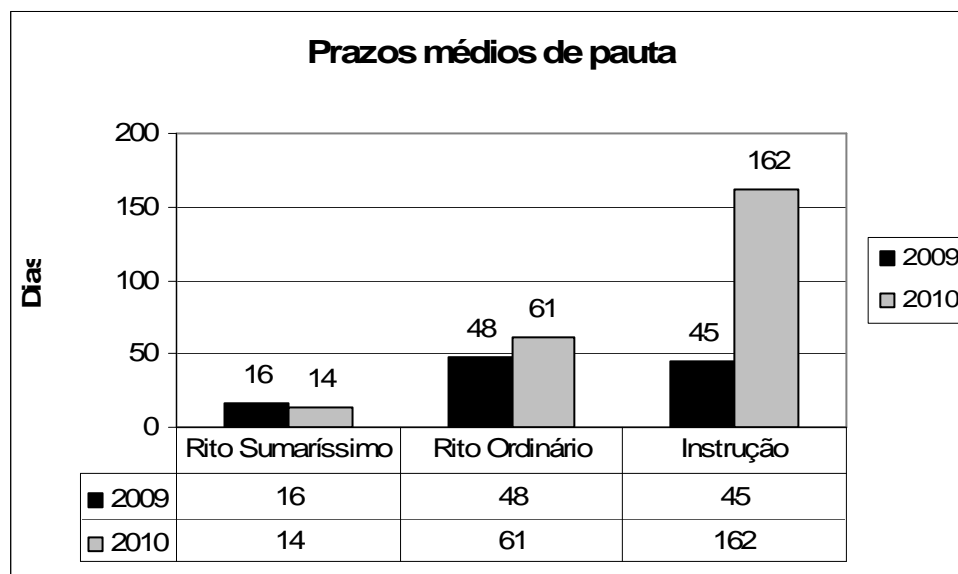
- a) **rito sumaríssimo:** 18 (dezoito) dias (06/04/2010);
- b) **rito ordinário:** 67 (sessenta e sete) dias (25/05/2010);
- c) **prosseguimento da instrução:** 66 (sessenta e seis) dias 24/05/2010.

Observação: Na correção realizada no dia 17/03/2009, em relação à pauta daquele dia, os prazos médios foram:

- a) **rito sumaríssimo:** 16 (dezesseis) dias;
- b) **rito ordinário:** 48 (quarenta e oito) dias;
- c) **prosseguimento da instrução:** 45 (quarenta e cinco) dias.

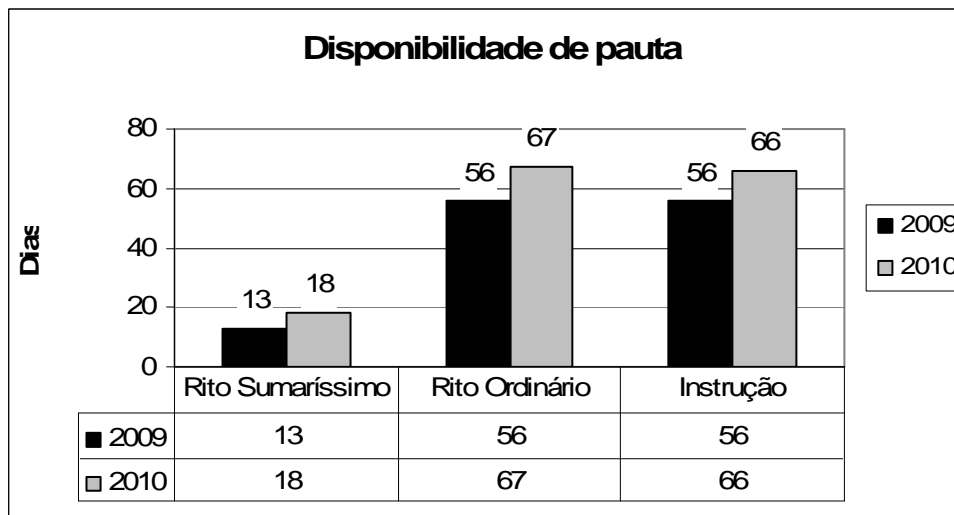
A disponibilidade de pauta foi de:

- a) **rito sumaríssimo:** 13 (treze) dias;
- b) **rito ordinário:** 56 (cinquenta) dias;
- c) **prosseguimento da instrução:** 56 (cinquenta e seis) dias.





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**



No exercício de 2009, apurou-se que, em 224 dias de expediente forense (segunda a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas 728 (setecentos e vinte e oito) sentenças de conhecimento, média de 3,25 (três vírgula vinte e cinco) por dia, 328 (trezentos e vinte e oito) decisões de embargos de declaração, média de 1,46 (um vírgula quarenta e seis) por dia e 108 (cento e oito) embargos à execução, média de 0,48 (zero vírgula quarenta e oito) por dia, totalizando 1164 (um mil, cento e sessenta e quatro) processos conclusos para decisão no período, média total de 5,2 (cinco vírgula dois) por dia de expediente forense.

IV) AUDIÊNCIAS E DESPACHOS – O MM. Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Uberlândia, no decorrer do mês de fevereiro de 2010, realizou 96 (noventa e seis) audiências de **rito sumaríssimo**, média de 5,6 (cinco vírgula seis) por dia; 70 (setenta) de **procedimento comum**, média de 4,1 (quatro vírgula um) por dia; 32 (trinta e dois) audiências de **tentativa de conciliação**, com média de 1,8 (um vírgula oito) por dia; 43 (quarenta e três) audiências de **instrução**, média de 2,5 (dois vírgula cinco) por dia; totalizando 241 (duzentos e quarenta e uma) audiências, média de 14,2 (quatorze vírgula dois) por dia, considerando-se que o mês em apuração teve 17 (dezesete) dias úteis.

No mês de fevereiro de 2010, foram proferidas 44 (quarenta e quatro) sentenças de conhecimento e 42 (quarenta e duas) decisões de embargos de declaração.

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor que, na 2ª Vara do Trabalho de Uberlândia, as audiências são realizadas de segunda a sexta-feira. As audiências são realizadas a partir de 8h20min. O intervalo entre as audiências é de 10 minutos para as de procedimento sumaríssimo, 20 minutos para as audiências de rito ordinário e 20 minutos para as instruções. São realizadas, em média, 13 (treze) audiências por dia.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

AUXÍLIO FIXO:

No caso específico da Vara do Trabalho objeto da presente correição, constatou-se que:

- a) juiz titular: a MM. Juiz Marco Antônio de Oliveira esteve ausente no ano de 2009 nos períodos de 13/04/2009 a 12/05/2009; 02/07/2009 a 31/07/2009 e 05/10/2009 a 03/11/2009. Todos os períodos de ausência se referem a férias regulamentares
- b) juiz auxiliar fixo: o MM. Juiz Dr. Marco Aurélio Marsiglia Treviso atuou durante todo o ano de 2009 como juiz auxiliar e esteve ausente no período férias regulamentares gozadas nos períodos de 19/01/2009 a 18/02/2009; 20 (vinte) dias no mês de agosto e de 09/11/2009 a 18/12/2009, voltando a atuar até a presente data.

Recomendou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor que, quando dois Juízes estiverem atuando na Vara, seja observado o que dispõe o art. 118-B da Consolidação Geral dos Provimentos do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, introduzido pelo Provimento 01/2010.

De acordo com o Sr. Diretor de Secretaria na Vara do Trabalho são exarados, em média, 1.100 (um mil e cem) despachos por semana.

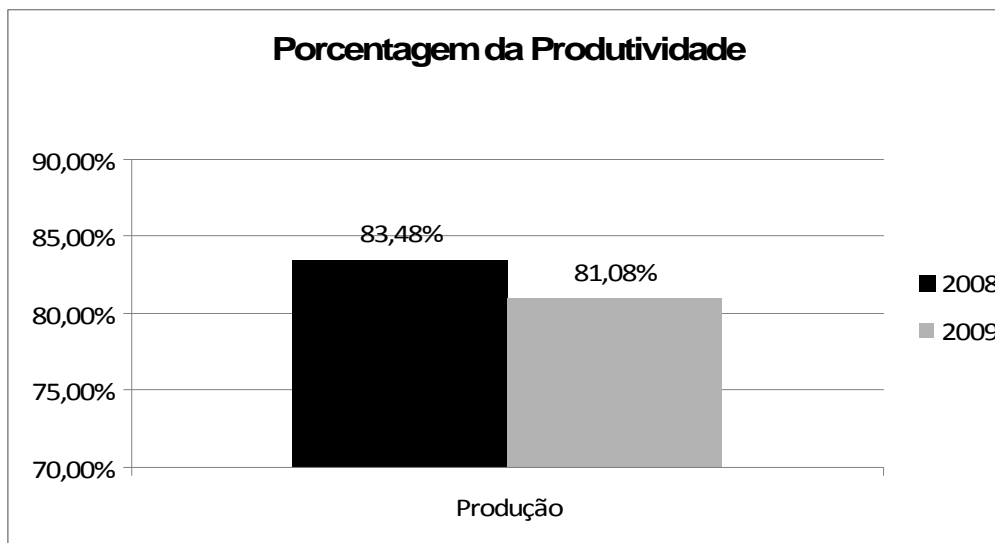
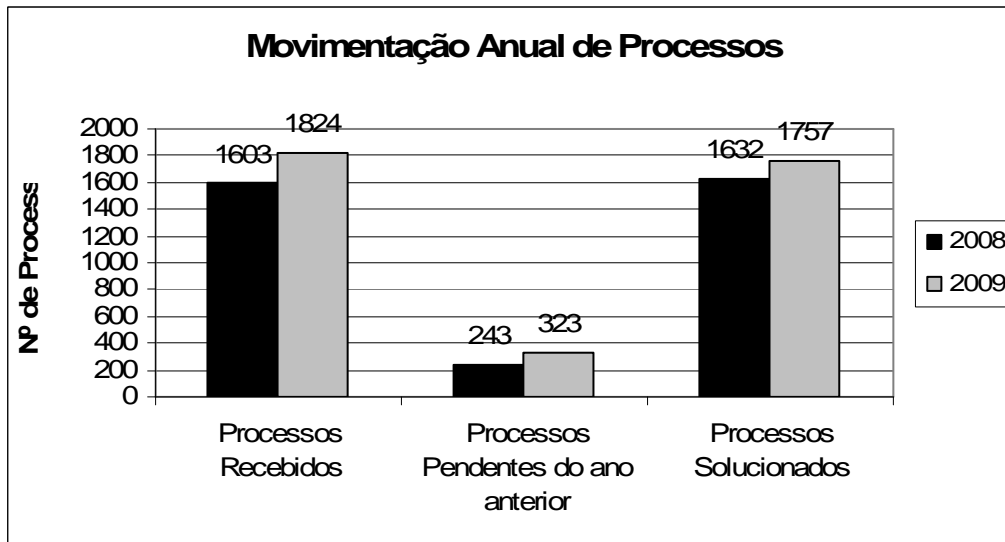
V) PRODUÇÃO - Do total de 1.824 (um mil, oitocentos e vinte e quatro) processos recebidos no exercício de 2009, com média de 8,14 (oito vírgula quatorze) por dia útil, 323 (trezentos e vinte e três) pendentes de 2008, o MM. Juízo solucionou 1.757 (um mil, setecentos e cinquenta e sete) processos, registrando uma produção de 81,08% (oitenta e um vírgula zero oito), conforme dados extraídos dos Boletins Estatísticos.

Em relação aos índices apurados na correição do exercício de 2008, relativos ao total de processos recebidos (1.603 processos), verificou-se ter havido um aumento da ordem de 13,8% no número de processos recebidos. Foram solucionados 1.632 processos, 328 pendentes de 2007, com uma produção de 83,48%, o que representou, em 2009, uma diminuição de 2,4% na produtividade.

Movimentação Anual de Processos		
	2008	2009
Processos Recebidos	1603	1824
Processos Pendentes do ano anterior	243	323
Processos Solucionados	1632	1757
Produção	83,48%	81,08%



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**



VI) PORTARIAS – De acordo com o Sr. Diretor de Secretaria existem as seguintes Portarias em vigor na 2ª Vara do Trabalho de Uberlândia: 01/99 e 02/99, ambas regulamentando os atos ordinatórios.

VII) BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD - Durante a correição, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor constatou que o MM. Juízo emprega o BACENJUD, o INFOJUD e o RENAJUD, com o intuito de localizar bens passíveis de penhora. Constatou, mais, que não havia ordens de bloqueio do BACENJUD pendentes na 2ª Vara do Trabalho de Uberlândia.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

VIII) ATENDIMENTO AO PÚBLICO – Por amostragem constatou-se foram atendidas vinte pessoas no período de 30 minutos, de forma organizada, ágil e com excelente qualidade.-

IX) DA SECRETARIA - Terminados os trabalhos de Correição, baseados em amostragem e adotados, como roteiros, os itens de pesquisa prefixados, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor constatou, dentre outros aspectos, o bom atendimento às partes e aos advogados, a observância dos prazos processuais e a excelente organização da secretaria da Vara.

X) RECOMENDAÇÕES –

Recomenda o Desembargador Corregedor que seja(m):

a) emitido pronunciamento explícito sobre a admissibilidade de recursos ordinários e de agravos de petição, conforme já observado pela Secretaria da Vara nos processos examinados, consoante recomendação da Egrégia Corregedoria-Geral;

b) colhidos os depoimentos pessoais das partes, antes da expedição de cartas precatórias inquiritórias, consoante recomendação da Egrégia Corregedoria-Geral;

c) observada a recomendação, contida na Ata de Correição Ordinária, realizada, em 13/11/09, pelo Excelentíssimo Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Dr. Carlos Alberto Reis de Paula, no sentido de que, em havendo Juiz Auxiliar, deverá ocorrer o acréscimo quantitativo em relação aos processos instruídos e julgados pelo Juiz Titular da Vara;

d) estimulada a realização de audiências semanais em processo na fase de execução, nos termos do artigo 77, inciso II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, inobstante a Vara já venha adotando tal procedimento;

e) cumprido o contido na Ata de Correição do Excelentíssimo Ministro Corregedor-Geral, recomendando que “após a liquidação da sentença em que se apura crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, haja imediata liberação deste em favor do credor, determinada de ofício ou a requerimento do interessado, condicionada a comprovação do valor efetivamente recebido, em prazo assinado, ordenando-se a seguir o prosseguimento da execução apenas pela diferença”;

f) assinadas as vias dos autos de arrematação, dos alvarás e das autorizações que permanecem nos autos do processo, abstendo-se de apor o carimbo original assinado;

g) as audiências dos processos sujeitos ao rito sumaríssimo realizadas no prazo máximo de quinze dias, conforme artigo 852-B, inciso III, da CLT, devendo ser oficiada a Corregedoria quando da regularização, no prazo de noventa dias.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

XI) CONTROLE DE GASTOS E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Atendendo à determinação do Excelentíssimo Desembargador Presidente do TRT/3ª Região, o Desembargador Corregedor, diante da necessidade de economia inserida nos objetivos da Administração, recomendou que a Vara do Trabalho continue empenhada na manutenção do controle de seus gastos.

O TRT/3ª Região, em atendimento a Recomendação 11 do Conselho Nacional de Justiça, de 22 de maio de 2007, instituiu a Comissão Permanente de Gestão Ambiental do TRT/3ª Região para planejamento e adoção de medidas públicas voltadas para a formação e recuperação de um ambiente ecologicamente equilibrado, bem como a conscientização dos servidores e jurisdicionados sobre a necessidade de efetiva proteção do meio ambiente.

Tendo em vista as medidas adotadas por este Tribunal visando à correta preservação e recuperação do meio ambiente, recomendo: a) realizar anualmente o Dia do Descarte, conforme Portaria 97/2008 do TRT 3ª Região em atendimento à recomendação do Ministro Corregedor da Justiça do Trabalho, encaminhando o relatório do descarte para a Comissão Permanente de Gestão Ambiental; b) formalizar a doação dos resíduos recicláveis juntos às entidades, associações e/ou cooperativas que se responsabilizem pela utilização do material para a devida reciclagem; c) quando precisar imprimir um documento optar pela utilização da Ecofonte na sua digitação e utilizar, preferencialmente, a impressão em frente e verso. Para informações sobre a configuração da ecofonte e impressão em frente e verso, acessar o site Ambiente Legal; d) optar pelo contracheque virtual e imprimir o documento apenas quando for necessário; e) manter atualizado o controle de bens permanentes a fim de facilitar o inventário anual, conforme determinado no Ato Regulamentar 07, de 30 de outubro de 2008.

XII) OBSERVAÇÕES FINAIS – O Excelentíssimo Desembargador Corregedor estimou que a Secretaria da Vara mantenha e aprimore cada vez mais a boa qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento de sua missão institucional prevista na Constituição da República Federativa do Brasil.

Ressalta, ainda, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor o caráter pedagógico, integrativo, socializante e aproximativo da correição, assim como a importância da transparência dos dados e das estatísticas da Vara do Trabalho, no sentido de proporcionar o autoconhecimento da Instituição, conforme propugnado pelo CNJ.

O Desembargador Corregedor, transmitiu e endossou os agradecimentos expressos pelo Excelentíssimo Ministro Gilmar Mendes, no 3º Encontro Nacional do Judiciário, organizado pelo CNJ, pelo engajamento dos Magistrados e Servidores, em especial desta 2ª Vara do Trabalho de Uberlândia, visando ao atingimento de todas as metas de



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

nivelamento propostas pelo CNJ.

Registra-se que o Excelentíssimo Desembargador Corregedor não recebeu qualquer reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pela Vara do Trabalho.

A seguir, encerraram-se os trabalhos de correição, às 16:00 horas, em sessão pública, antecedida de pregão, do que, para constar, eu, **Lucas Fernandes Viana** _____, Diretor da Secretaria da Corregedoria, lavrei a presente ata, impressa em frente e verso, observada a recomendação da Comissão de Gestão Ambiental, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor, pelo MM. Juiz do Trabalho Substituto e pelo Diretor de Secretaria que deverá colher a assinatura dos servidores da Secretaria na cópia que ficará sob sua guarda. A equipe da Corregedoria, que auxiliou o Sr. Corregedor, além do Sr. Diretor da Secretaria, acima nominado, foi composta pelo Assessor do Desembargador Corregedor, Ricardo Silva Estevanovic, pelos servidores Flávio Mário Fonseca e Luigi Adriano Pereira de Souza.

LUIZ OTÁVIO LINHARES RENAULT
Desembargador Corregedor do TRT/3ª Região

MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA
Juiz Titular

MARCO AURÉLIO MARSIGLIA TREVISIO
Juíza Auxiliar

GUILHERME EGÍDIO CUNHA COSTA
Diretor da Secretaria

Valéria Cristina Martins de Oliveira

Gracielle Maria Oliveira Faria

Christiano Rios da Silva

Alex Rodrigo

Bhetese Bernardes Ferreira Cunha

Nadir Rodrigues de Melo

Maria Conceição Rosa do Amaral

Francisco Pascoal Neto

Susiley Aparecida Borges de Almeida

Edmilson Carlos Ferreira

Luciene Antônia Barbosa